

A Marinha de Guerra e sua Atuação na Guerra de Cisplatina: contribuições para a compreensão da formação do Estado Nacional.

Mayra Cristina Laurenzano*

Resumo

O artigo tem por objetivo o estudo da participação da Marinha de Guerra brasileira na Guerra de Cisplatina, de maneira a compreender o cenário político, econômico e social brasileiro no período. Também se pretende demonstrar como as orientações presentes na formação do Estado Nacional brasileiro moldaram suas Forças Armadas, principalmente a Marinha de Guerra. Especificamente, há a contribuição para a compreensão do momento em que esta inserida a Marinha e a questão da Banda Oriental.

Palavras-Chave: Marinha de Guerra, Guerra de Cisplatina, Estado Nacional

Abstract

This article intends showing the Brazilian Navy action at the Cisplatine War, reflecting about the politic game, the economic and social cenary during the war, thinking how the directions of brasilian State had it's influence in the definition of Army and Navy. Particurlarly, there is a contribution for the comprehension of the moment that brasilian navy was passing through and the comprehension of Cisplatine problematic in the period.

Introdução

O Objetivo do estudo é a formação dos Estados Nacionais na região platina, especialmente a do Estado brasileiro, sua afirmação territorial sobre a Banda Oriental e suas divergências com as Províncias Unidas do Prata que, também buscava afirmar-se espacialmente sobre a Banda Oriental. Ao se implantar o Estado Brasileiro necessitava-se definir seu limite geográfico, e foi sobre os antigos territórios portugueses, de jurisdição portuguesa, que tentou se afirmar o Estado brasileiro, dentre essas áreas esta a Banda Oriental.

A bacia do Prata – área de interseção entre as possessões ibéricas na América, é distinta de áreas como Amazônia ou Mato Grosso – é um espaço privilegiado de análise, tendo uma ocupação humana mais densa, significando relações mais estreitas entre os súditos das duas Coroas, que cedo torna-se palco de disputas entre as monarquias ibéricas.

Para isso, é necessário compreendermos o embasamento político e ideológico no qual se molda a formação do Estado Nacional Brasileiro, de maneira a refletir o cenário político, econômico e social do período, demonstrando assim como as orientações que definiram os caminhos do Estado brasileiro influenciaram na definição do território, do

* Mestranda em História Social pela Universidade Estadual de Londrina.

sistema de governo, das Forças Armadas – principalmente da Força Naval, que atua como defensora do sistema monárquico constitucional.

Antecedentes

O território oriental não foi palco de disputas somente no período de conflito com as Províncias Unidas (1825-1828). A partir de 1821, com a anexação da Cisplatina ao Império Português somente aumentaram as divergências com as Províncias Unidas, que desde sua independência visava a integração da Banda Oriental na tentativa de reunir os antigos territórios do Vice-Reinado do Prata, e é claro, ter o monopólio da navegação no estuário.

Durante a década de 1810, o Império Português interveio junto a Banda Oriental em duas oportunidades. Na primeira, em 1811, o Império português interveio a pedido a pedido do vice-rei Javier Élio, pois Artigas havia sublevado a província na tentativa de se tornar independente da Espanha, que se encontrava sobre poder de Napoleão, e por solidariedade a monarquia espanhola é feita a intervenção. A justificativa para a intervenção foi à ameaça que representava a sublevação ao território do Rio Grande do Sul, aos rebanhos, a economia e a ameaça que representava a mínima possibilidade de perda do Rio Grande. A intervenção portuguesa vista com maus olhos, principalmente pela Inglaterra. Após pressões Portugal retira-se da Banda Oriental em maio de 1812, D. João aceitando um armistício, fazendo o mesmo Buenos Aires.

O movimento liderado por Artigas pode ser definido como uma insurreição rural que buscava a constituição de uma república federal, onde se respeitaria a autonomia e a igualdade de todas as Províncias do Rio da Prata. Artigas era contrário à hegemonia de Buenos Aires na região platina, recebendo o apoio das províncias argentinas contrárias ao domínio de Buenos Aires.

O crescente sucesso de Artigas fazia aumentar a ameaça de uma sublevação republicana na Província do Rio Grande do Sul, além de representar riscos à escravidão e à monarquia, fundamentos da ordem social e política no Brasil. Desta maneira quando Artigas consegue o controle sobre Montevideú, em 1815, e após a proclamação de independência das Províncias Unidas, em 1816, vê-se a ameaça revolucionária na região platina tornar-se perigosa demais aos interesses de Portugal. É neste cenário que acontece a segunda intervenção portuguesa sobre a Banda Oriental em janeiro de 1817.

Em Montevideú houve apoio à intervenção portuguesa, por parte dos grandes comerciantes e fazendeiros, que se viam ameaçados por Artigas e seu programa de reformas. Para estes a intervenção poderia representar uma reabertura para seus negócios. Foi nas

dissidências internas da Banda Oriental que Portugal se apoiou durante suas intervenções, na última permanecendo no território Oriental.

Com a independência do Brasil há uma disputa entre os partidários de Portugal e do Brasil sobre o domínio da Cisplatina, o Brasil conseguindo com que o governo cisplatino prestasse juramento de fidelidade ao Império Brasileiro. No entanto, a resistência portuguesa na província permanece, quando, em 1823, após capitularem, as tropas portuguesas retiraram-se.

No ano seguinte, em 1825, as Províncias Unidas do Prata declaram o território cisplatino como parte integrante de sua república, este ato considerado hostil tem como resposta a declaração de guerra do Império Brasileiro, iniciando-se assim o conflito.

Podemos dizer que o território da Banda Oriental se torna alvo de disputa e de delimitação de poder após a fundação de Montevidéu em 1680 pelos portugueses, que buscam um ponto mais ao sul onde pudessem participar das atividades econômicas do estuário, das atividades de contrabando de metais preciosos vindos do Alto Peru e de outras variedades exploradas na região. O domínio e defesa da posição eram determinantes na participação destas atividades, além de manter um caminho aberto para os territórios longínquos do Mato Grosso. Outro motivo era a continuidade dos territórios sulinos até o Prata, seria um motivo de segurança, pelo menos como justificativa, a entrada de qualquer idéia “subversiva”, que pudesse ameaçar o sistema monárquico e os territórios portugueses, porém o motivo era estender os territórios portugueses até a Banda Oriental pelo menos, e ter acesso e controle do estuário platino.

E é neste sentido expansionista que, no século XVIII, há a integração do território rio-grandense ao território colonial brasileiro, também integrando-se a economia colonial através do fornecimento de gado de corte e de tração, se inserindo no contexto colonial como uma economia subsidiária, fazendo o fornecimento do mercado interno, dependendo, portanto, das grandes economias, como a cana-de-açúcar e especialmente da zona mineradora, suprimindo a demanda dos núcleos exportadores. A crescente demanda dessas áreas faz com que haja um rápido desenvolvimento das pastagens sulinas, tendo um importante papel no desbravamento e povoação do território. A fundação do Rio Grande acaba por funcionar como um centro irradiador de estâncias, organizadas e povoadas por bandeirantes, que se estabeleceram na região fazendo o comércio de gado e muares, e por homens que serviram na defesa desta parte da colônia.

Toda a organização e desenvolvimento do Rio Grande acontece durante as campanhas para de defesa da posse da Colônia do Santíssimo Sacramento, Montevidéu,

Maldonado e outras localidades, dando-lhes retaguarda, sendo que durante os séculos XVII, XVIII e XIX o Rio Grande é utilizado como base de operações sempre que novas operações militares se iniciavam no Prata, tanto pelo Império português, como posteriormente pelo Império brasileiro, isso quando as campanhas militares não aconteciam no território rio-grandense, pois além de servirem como base de apoio as operações no Prata tinham de defender seu território das incursões espanholas.

Portugueses e espanhóis lutaram pela posse das terras orientais, por suas pastagens, por uma cota maior no contrabando, reivindicando os territórios para si, disputa que por várias vezes tentou-se solucionar através de tratados de paz e de delimitação de territórios. As disputas em torno do Sacramento, de Montevidéu, das pastagens e do gado contribuíram para o povoamento da área, a guerra fornecendo o atrativo econômico, uma vez que abria caminho para o apossamento de terras e rebanhos.

Por ser uma área de duradouros conflitos, de intercâmbio e de intensa atividade comercial, nela observa-se a formação de interesses que transcendem as fronteiras imperiais. Esta se transforma num problema de fato para os projetos políticos, quer fosse monárquico, quer fosse republicano, que pretendesse a manutenção da Banda Oriental como parte integrante de seus territórios.

Somente com o domínio do mar seria possível expulsar os elementos portugueses, tanto da Cisplatina como de outras áreas que tinham forte presença e resistência portuguesa no Brasil, consolidando o domínio, e preservando a integridade territorial.

A Independência e a Criação da Marinha: instrumento de consolidação de poder

Com a vinda da Corte para o Brasil, transplantam-se para aqui os principais órgãos da Marinha portuguesa, lançando os fundamentos da força naval brasileira. Porém não podemos dizer que essas forças navais já constituíam uma Marinha Brasileira. Neste primeiro momento as Forças Armadas que se constituíram em terras brasileiras tinham a preocupação de defender a costa atlântica, organizando a defesa marítima, e o comércio colonial:

“Até o início do século XIX, as Forças Armadas presentes no Brasil eram portuguesas, e, portanto, vinculadas à política e aos interesses da Casa de Bragança que se preocupou, sobretudo com a defesa da costa e com a proteção ao comércio colonial - o que projetou as fronteiras brasileiras, de um lado, até o rio da Prata e, de outro, até a África devido à extraterritorialidade do mercado de trabalho - ou, dizendo de outra forma, do tráfico negroiro” (ARIAS NETO, 2001).

Também há um grande impulso a construção de armamentos e de vasos de guerra, com ofensivas militares contra a Guiana Francesa e nas intervenções feitas na Banda Oriental.

O período foi propício para a organização do sistema militar brasileiro no sentido de uma autonomia mais completa em relação ao sistema português. Com a instalação da Corte em 1808 são formados os ministérios do Reino, da Marinha e Ultramar e Guerra e Estrangeiros, desdobrando-se em 1821 em Reino e Estrangeiros, Marinha, Guerra e Fazenda, refletindo a importância das questões militares. Ainda se dá a implantação, em 1821 e 1822 da Secretária de Estado dos Negócios da Marinha, do quartel general da Armada, a Intendência, da Academia dos Guardas Marinha, da Auditoria-Geral da Marinha e do Conselho Militar (este extinto posteriormente).

Também foram criadas a Armada do Reino do Brasil, o Batalhão da Brigada da Marinha, o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (e alguns Arsenais de Marinha Provinciais), a Intendência da Marinha do Rio de Janeiro (contadoria e pagadoria), uma fábrica de pólvora, e a Academia Real dos Guardas-Marinha (esta no momento da independência é impedida por D. Pedro de voltar a Lisboa).

Após 1822 temos a implantação de novos órgãos dentro da Marinha Foram implantados o Quartel-General da Marinha, a Armada Nacional e Imperial, o cargo de Primeiro Almirante da Armada Comandante-em-chefe (1823-1827), também sendo criados os cargos de Presidentes de Província.

Durante os primeiros anos do Império um sério problema imposto a Marinha foi a dificuldade de se recrutar pessoal para servir e combater nos navios, pois durante o período da colônia e de Reino Unido os brasileiros não eram aceitos para servirem na esquadra portuguesa, somente um ou outro muito bem apadrinhado conseguia sua admissão na Academia da Marinha, o efetivo que servia nos navios em território colonial brasileiro era de portugueses. No momento da criação da Marinha brasileira a marinhagem que estava em condições de servir era em sua quase totalidade portuguesa.

Com o tempo e após o resultado de algumas disputas com as províncias, desconfiou-se da lealdade dos marinheiros portugueses, que não queriam lutar contra seus conterrâneos. Uma solução encontrada foi o recrutamento de estrangeiros, muitos ingleses, e também americanos, principalmente em cargos de patente. Também foi utilizado o recrutamento forçado para completar as guarnições dos navios, mesmo assim o problema de pessoal continuava pois o número de deserções era grande.

Outro problema da marinha foi à falta de recursos, para sua estruturação e conservação. A falta de recursos não afetava somente a Marinha, mas o Exército também, pois ao deixar o Reino brasileiro D. João levou consigo os recursos disponíveis, deixando o Brasil à beira de um colapso financeiro.

Os primeiros navios da Esquadra brasileira foram os confiscados aos portugueses no momento da emancipação. Em sua maioria eram antigos, em mau estado de conservação e de grande calado. As operações conjuntas de Exército e Marinha garantem ao novo Estado áreas, tanto estratégicas como economicamente importantes, para o desenvolvimento deste. Tentava-se sustentar um projeto próprio de construção nacional, processo em parte perturbado por vínculos externos. Foi essencial solucionar a disputa interna para que o Império brasileiro pudesse ser reconhecido como uma nação independente, principalmente, frente às nações européias. O reconhecimento internacional foi um dos primeiros problemas a ser enfrentado, Portugal não reconhecendo a emancipação brasileira. Porém, através da mediação inglesa – e com a renovação dos Tratados de 1810 – Portugal aceita a independência brasileira mediante o pagamento de uma indenização – este feito com um empréstimo realizado junto à Inglaterra –, reconhecendo a independência brasileira em 1825.

Devemos ainda levar em consideração a geografia do Rio da Prata, como uma maneira de auxiliar-nos na compreensão da problemática. O estuário do prata, em sua maioria, é cheio de perigosos bancos e baixios, que dificultam a navegação. Além dos bancos há os fortes ventos que baixam o nível da água do estuário em vários locais, sendo as condições geográficas muitas vezes adversas às operações militares. Em tempos de paz, e com as melhores cartas marítimas a disposição, com embarcações a vapor, a navegação do Prata era difícil e perigosa, na época da guerra, com navios a vela tornava-se mais complicada a navegação.

Os principais portos cisplatinos, onde se apoiava o governo brasileiro, usando também como base, tinham as mesmas características da região como um todo. Maldonado e Montevideu eram expostos a ventos e Sacramento tinha pouca profundidade, com traiçoeiros escolhos em suas proximidades. Os portos argentinos não tinham melhores condições de navegação, sendo de difícil aproximação e acesso aos navios brasileiros.

A Províncias Unidas utiliza o fato dos navios brasileiros terem grande calado e encalharem com frequência a seu favor. Seus navios, sendo de calado menor, mais apropriados a navegação da região, aproveitavam-se dos bancos para atrair os navios brasileiros na tentativa de que encalhassem, ou usavam os bancos em suas fugas, sabendo que não poderiam ser perseguidos a partir de determinado ponto.

A maioria da força naval do Império concentra-se na Cisplatina, o que pode ser considerado um demonstrativo da importância que tinha a Cisplatina para o Império. Boa parte dos vasos de guerra enviados para combate estavam velhos, necessitando de reparos, segundo Boiteux, o que servia para agravar a situação financeira do Império.

A Esquadra brasileira monta bloqueio a todos os portos e costas das Províncias Unidas, visando interceptar qualquer navio que tentasse chegar a Buenos Aires, quer fosse comercial, quer fosse levando qualquer ajuda em armamento para as Províncias Unidas. Tentava-se estrangular economicamente a cidade, o que em parte foi conseguido.

Com o andamento da guerra o bloqueio mostra-se inativo e contraproducente, rompido de vez em quando por corsários e por comandantes de navios que buscavam lucros com a escassez de gêneros nas Províncias Unidas. A esquadra imobilizada no bloqueio permite que o adversário cresça, e se refizesse quando bastante avariado.

Além de atuar no bloqueio do Prata a Marinha de guerra brasileira também tinha uma outra tarefa, que era combater os corsários argentinos que atuavam ao longo da costa brasileira, o que obrigava a Marinha a dividir suas forças, entre o bloqueio do Prata e a fiscalização das águas territoriais, a rigor conseguia somente se fazer presente nos pontos focais da ação dos corsários, como imediações de portos bastante freqüentados e defendendo comboios.

O corso atingiu fortemente o comércio marítimo brasileiro, costeiro e internacional (até em águas em africanas), essenciais dentro da economia brasileira, diminuindo o abastecimento das comunidades ribeirinhas e destruindo navios carregados de gêneros fundamentais, além dos ataques a navios negreiros. Os escravos aprisionados pelos corsários eram levados á Províncias Unidas onde teriam sua liberdade concedida. A rigor a Marinha só conseguia fazer a fiscalização nos pontos focais da ação dos corsários como p. ex. imediações de portos muito freqüentados e na defesa de comboios.

O Brasil também se utiliza do corso contra as Províncias Unidas, só que em escala menor, por ser o comércio marítimo deste bem reduzido. Não havia o interesse em armar corsários oceânicos, mas sim corsários para interceptar a movimentação fluvial, principalmente no Prata, de barcos argentinos.

Os danos ocorridos aos navios e o desgaste da Força Naval como um todo durante a campanha na cisplatina provoca um agravamento da situação financeira do Império, sendo bastante custoso manter a Marinha de Guerra no Prata. Procurou-se empréstimos junto à Inglaterra para cobrir o déficit financeiro do Império e dar continuidade a guerra.

Do lado argentino os danos e perdas só não foram maiores devido ao recurso do corso, porém tiveram grandes gastos com sua esquadra, mesmo esta sendo reduzida. Esperava-se um êxito maior nas lutas contra os argentinos, pela superioridade de forças apresentadas pelo Brasil. A falta de êxitos da Marinha de Guerra – e do Exército também -

gera um grande descontentamento, tanto pelos capitais empregados, que não foram poucos, e pelo recrutamento forçado.

A Província Cisplatina, com o tratado de paz é declarada independente do território brasileiro, se constituindo livre e independente de qualquer nação. O governo das Províncias Unidas também declarando o território oriental independente e livre. Ambas as partes comprometem-se a defender a independência e a integridade da República Uruguaia, pelo tempo e termos do Tratado de Paz.

As tropas estacionadas em Montevideú foram retiradas de volta para o Rio de Janeiro, ficando ainda a presença brasileira com algum efetivo no intuito de garantir o cumprimento do estabelecido no tratado, bem como algum efetivo argentino, não podendo as partes intervir no estabelecimento do governo, nem da discussão de como deve ser o mesmo. Foi estabelecido um governo republicano, seguindo o exemplo das Províncias Unidas. Ainda foi garantida a livre navegação do Prata e de seus afluentes. A perda do território cisplatina marca um recuo nas pretensões tanto brasileiras como argentinas, a república Uruguaia se tornando, desta maneira, um “Estado Tampão” entre as forças do Império Brasileiro e das Províncias Unidas.